

Os processos de habilitação: fontes para a história social do século XVIII luso-brasileiro¹

RESUMO

Este artigo busca evidenciar as potencialidades dos processos de habilitação enquanto fontes para a história social do século XVIII luso-brasileiro. Serão enfocadas três tipologias: habilitações para ordens sacras, habilitações do Santo Ofício e habilitações da Ordem de Cristo. Num primeiro momento, o trabalho apresenta a estrutura geral de cada uma delas, descrevendo as suas etapas e os requisitos que apuravam. Em seguida, procura compreender suas funções e seus significados na ordem social do Antigo Regime. Por fim, aponta os cuidados metodológicos que devem ser tomados na recolha, tratamento e análise das informações contidas na documentação.

1. Introdução

Este artigo tem por objetivo apontar as potencialidades dos processos de habilitação para a história do Brasil colonial. A análise será realizada com base em processos de habilitação do Santo Ofício, habilitações para cavaleiros das Ordens Militares (geridas pela Mesa de Consciência e Ordens) e também se apoiará nas habilitações diocesanas para ordenação sacerdotal (ordens menores e ordens sacras). Primeiramente, abordaremos de forma resumida cada uma das tipologias, destacando a forma como eram constituídas, suas etapas, que informações apuravam etc. Em seguida, passaremos a tratar das suas potencialidades para a história social e também abordaremos as possíveis estratégias para lidar com suas limitações.

Estas habilitações eram resultantes de práticas tipicamente adotadas por instituições do Antigo Regime para apurar se os candidatos interessados em pertencer aos seus quadros, ou em obter suas insígnias, atendiam aos seus critérios excludentes de admissão e recrutamento. Privilegiaremos o potencial destas fontes para a história social, sobretudo no que diz respeito à reconstituição de trajetórias, abordagem prosopográfica, hierarquias sociais e códigos de honra e distinção social no Brasil colonial.

¹ Esta pesquisa foi desenvolvida no Brasil com bolsa da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo-FAPESP. Em Portugal, o pesquisador integra o projeto *Grupos intermédios em Portugal e no Império Português: as familiaturas do Santo Ofício* (c. 1570-1773) – PTDC/HIS-HIS/118227/2010, coordenado por Fernanda Olival (Universidade de Évora) no âmbito do programa FEDER – COMPETE (Programa Operacional Fatores de Competitividade) – FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

Buscaremos, de forma resumida, evidenciar as características próprias de cada uma e, ao mesmo tempo, o que possuíam em comum; principalmente os seus esforços para apurar a “qualidade do sangue” dos postulantes aos seus recursos simbólicos e materiais. Daremos ênfase aos mais recorrentes procedimentos burocráticos adotados durante as provanças a partir de exemplos referentes aos familiares do Santo Ofício da região de Minas Gerais, aos cavaleiros da Ordem de Cristo da mesma capitania, comissários da Inquisição de toda a América portuguesa e também as habilitações às ordens sacras do bispado de São Paulo. Desta maneira, teremos condições de avaliar o que havia de comum nos processos, o que variava entre uma instância e outra e o que sofria alterações entre diferentes contextos geográficos.

As considerações deste trabalho são válidas para a realidade do século XVIII e, de forma mais particular, para a conjuntura que vai até 1773. Neste ano, Pombal aboliu a separação da sociedade entre cristãos-novos e cristãos-velhos, fazendo com que os estatutos de limpeza de sangue, um dos principais critérios investigados nas habilitações, perdessem muito de sua eficácia social.²

2. Desenvolvimento

Instituição/ esfera de poder	Recrutamento	Instância onde ocorria o processo	Fluxo da comunicação (sentido descendente)	Fontes básicas de informações
Diocese/ poder episcopal	Clero secular	Câmara Eclesiástica	Câmara Eclesiástica → Vigararia da Vara → Paróquias → capelas	Certidões paroquiais; rol de pronunciados pelas visitas episcopais; audição de testemunhas;
Inquisição	Agentes inquisitoriais	Conselho Geral do S. Ofício	Conselho Geral → Tribunais de distrito → freguesias	Certidões paroquiais; rol de condenados pela Inquisição; audição de testemunhas;
Ordem de Cristo	Cavaleiros da Ordem de Cristo	Mesa da Consciência e Ordens	Mesa de Consciência e Ordens → Rede de comissários da Ordem de Cristo (cavaleiros da mesma ordem);	Certidões, audição de testemunhas;

Quadro 1 – Enquadramento institucional das habilitações

Estruturas e características dos processos

Santo Ofício

O primeiro passo para uma pessoa requerer a habilitação no Santo Ofício era o envio de uma petição ao Inquisidor-geral declarando seu nome, ocupação, residência, naturalidade, filiação e naturalidade dos seus ascendentes (pais e avós). O requerimento continha uma pequena justificativa para a solicitação do cargo (familiar, comissário, deputado etc.).

O processo iniciava-se com pedido de “nada consta” dos três tribunais inquisitoriais do Reino:

² O artigo é baseado na minha experiência de pesquisa com os processos de habilitação que resultou nos meus trabalhos de mestrado e doutorado, ambos defendidos na FFLCH-USP, respectivamente em 2007 e 2012: Aldair Carlos Rodrigues. *Limpos de Sangue: familiares do Santo Ofício, Inquisição e sociedade em Minas colonial*. São Paulo: Alameda, 2011; Aldair Carlos Rodrigues. *Igreja e Inquisição no Brasil: agentes, carreiras e mecanismos de promoção social*. São Paulo: Alameda, 2014. Em boa medida, as questões que estruturam este trabalho estão relacionadas ao projeto *Grupos intermédios em Portugal e no Império Português: as familiaturas do Santo Ofício* (c. 1570-1773) – PTDC/HIS-HIS/118227/2010, coordenados por Fernanda Olival (Universidade de Évora).

Coimbra, Évora e Lisboa, com o objetivo de investigar se o habilitando ou seus progenitores haviam sido penitenciados pelo Santo Ofício. Após verificar o repertório de condenados, o notário de cada tribunal deveria passar uma certidão descrevendo o que encontrasse.

O passo seguinte era a realização de diligências extrajudiciais, ou seja, diligências sumárias de ascendência e de capacidade dos candidatos; e uma vez feitas essas primeiras verificações, a realização das diligências judiciais. Era enviada uma comissão extrajudicial aos locais de nascimento do habilitando, de seus pais e avós. Nesta etapa, a ênfase da investigação era dada sobre a "limpeza de sangue" da geração do candidato e sobre a veracidade das informações declaradas pelo candidato na petição entregue ao Santo Ofício. A quantidade de testemunhas interrogadas nas extrajudiciais variava, não havendo um número pré-fixado. Procurava-se saber também se o habilitando "antes de vir de sua pátria foi casado de que se ficassem filhos ou se consta que tenha algum ilegítimo e se ele ou algum de seus ascendentes foi preso ou penitenciado pelo Santo Ofício ou incorreu em infâmia pública ou pena vil de feito ou de Direito."³

O comissário responsável pela investigação deveria listar o nome das testemunhas com quem se informou e os dias que gastou na diligência, assim como os custos despendidos. Quando os ascendentes eram provenientes de freguesias diferentes, era feita uma diligência em cada local.

Depois de verificada a genealogia, numa segunda etapa, outra diligência extrajudicial era realizada, porém agora no local de moradia do habilitando, ou onde se pudessem encontrar pessoas que o conheciam para que se verificasse sua "capacidade" e reputação. Nesta etapa, a ênfase era o seu cabedal, capacidade de ler e escrever, descrição, ocupação e estilo de vida. Daí as perguntas: de que e como vivia e se tinha capacidade para servir o Santo Ofício? Caso o pretendente fosse casado, os mesmos passos seriam seguidos para a habilitação de sua esposa, que deveria ter os mesmos requisitos do candidato.

Concluídas as diligências extrajudiciais e não tendo sido encontrados problemas, era exigido um depósito em dinheiro para cobrir as despesas do processo: transporte de papéis e remuneração de agentes e escrivães.

Em seguida, passava-se às diligências judiciais. Estas – assim como as extrajudiciais – se dividiam em duas etapas, mas eram feitas seguindo normas mais estritas de testemunho e de verificação. Uma visava obter informações a respeito da "geração e limpeza de sangue" do habilitando, de seus pais e quatro avós no local de seus respectivos nascimentos. A outra etapa – no caso do conjunto de familiares que estudamos – era realizada em Minas, no Rio ou em Lisboa, entre as pessoas que conheciam o habilitando. O foco desta última parte era colocado na verificação da "capacidade" do habilitando para servir a Inquisição. Como vemos, as questões buscadas em cada etapa das diligências judiciais eram as mesmas verificadas nas duas etapas das extrajudiciais. A diferença residia na forma como o interrogatório era aplicado.

Na primeira etapa das judiciais o número de pessoas a serem interrogadas era sempre doze, as quais deveriam ser "pessoas cristãs velhas, antigas, fidedignas e mais noticiosas". Se fossem encontrados problemas e dúvidas, mais pessoas podiam ser ouvidas. Antes de responder às perguntas, o comissário do Santo Ofício responsável pela prova dava-lhes o "juramento dos Santos Evangelhos para dizerem verdade e terem segredo no que forem perguntadas". O que interessava à Inquisição era saber se a testemunha conhecia o habilitando, desde quando e qual a razão de tal conhecimento. Depois, se conhecia e, desde quando, o pai, a mãe, e os quatro avós; de onde eram naturais; de que viveram e qual a razão de tal conhecimento; se o habilitando era filho legítimo dos pais e avós que havia declarado na petição ao cargo.

3 Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), Habilitações do Santo Ofício (HSO). As diligências extrajudiciais passaram a ser registradas de maneira formal a partir de finais do século XVII e se consolidaram em 1720. Cf.: Fernanda Olival, Leonor Dias Garcia, Bruno Lopes, Ofélia Sequeira. "Testemunhar e ser testemunha em processos de habilitação (Portugal, século XVIII)". In A. I. López-Salazar, F. Olival e J. Figueirôa-Rêgo (coord.). *Honra e sociedade no mundo ibérico e ultramarino: Inquisição e Ordens Militares (séculos XVI-XIX)*. Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2013, p. 321.

Por último, interessava ao Santo Ofício saber se tudo o que havia sido testemunhado era “público e notório”. No total, eram respondidas onze questões. Quando se tratava de filhos ou irmãos de pessoas já habilitadas pela Inquisição, as questões sobre os avós eram excluídas, o que encurtava o processo em número de fólhos e custo.

O comissário local responsável pela primeira etapa da diligência judicial deveria realizar uma pesquisa minuciosa nos livros paroquiais para obter as certidões de batismo do habilitando, de seus pais e avós; assim como as de casamento destes últimos⁴.

Quanto à segunda etapa das judiciais, normalmente quatro e cinco testemunhas eram interrogadas a partir de seis questões sobre o estilo de vida do habilitando, sua ocupação e rendimentos. Se o habilitando é “ou foi casado, de cujo matrimônio ficassem filhos ou se consta tenha algum ilegítimo”. Era necessário também saber se o candidato sabia ler e escrever e se conseguia guardar segredo; habilidades importantes para servir o tribunal⁵.

Depois de concluídas as diligências, os deputados do Conselho Geral do Santo Ofício se reuniam para decidir o desfecho do processo e emitir o parecer final sobre provanças. O último passo era o registro da provisão nos livros do tribunal de distrito que tinha jurisdição sobre a freguesia do habilitando. No caso dos agentes inquisitoriais do Brasil, suas patentes eram registradas nos livros do tribunal da Inquisição de Lisboa. Passavam a ser familiares da Inquisição a partir do momento que tomavam juramento do cargo juntamente ao comissário de suas localidades ou por procuradores que estavam em Lisboa.

Como vemos, a habilitação começava e era decidida no âmbito do Conselho Geral do Santo Ofício, mas a coleta das informações sobre os pretendentes dependia dos agentes mobilizados pelo tribunal de distrito que cobria o seu local de moradia⁶.

Ordem de Cristo

Em síntese, além da limpeza de sangue, outros dois requisitos difíceis de ser transpostos eram cobrados nas provanças para alguém se tornar cavaleiro da Ordem de Cristo. Um deles era que os candidatos tivessem prestado serviços à Coroa, a qual, como recompensa/remuneração, concedia a mercê do hábito de Cristo.⁷ Depois de concedido o hábito e tendo a mercê sido registrada no Registro Geral de Mercês, para serem armados Cavaleiros, os súditos deveriam passar pela habilitação da Mesa de Consciência e Ordens. Os candidatos precisavam provar que não possuíam “defeito de mecânica”, ou seja, que não tinham vivido do trabalho de suas próprias mãos, exigência esta estendida também aos pais e avós dos candidatos.⁸

As habilitações eram conduzidas pela Mesa de Consciência e Ordens, a qual coletava depoimentos acerca das origens dos candidatos nos diversos recônditos do Império português por onde os pretendentes haviam passado. Era possível também, mediante petição, obter licença (denominada pátria comum) para que os interrogatórios fossem realizados em Lisboa com pessoas que tivessem tido relações com os habilitandos. Na Inquisição isto raramente era permitido.

4 Esta prática se consolidou a partir de 1720. Cf. Fernanda Olival, Leonor Dias Garcia, Bruno Lopes, Ofélia Sequeira. “Testemunhar e ser testemunha”, *art. cit.*, pp. 315-316.

5 Se “é pessoa de bons procedimentos, vida e costumes, capaz de ser encarregado de negócios de importância e segredo e de servir ao santo ofício no cargo de familiar, se vive limpamente e com bom trato, que cabedal terá de seu ou sido, se o negócio de que trata tira lucros para passar com limpeza e asseio, se sabe ler e escrever e que anos terá de idade.” ANTT, HSO. João. Mç 98, Doc. 1651.

6 As minúcias envolvendo os trâmites das habilitações do Santo Ofício têm se tornado mais conhecidas a partir de estudos que enfocam a realidade metropolitana: Nelson Manuel Cabeçadas Vaquinhas. *Da Comunicação ao Sistema de Informação: o Santo Ofício e o Algarve (1700-1750)*. Évora: Universidade de Évora, 2008 (Dissertação de Mestrado), pp. 19-65; Fernanda Olival, Leonor Dias Garcia, Bruno Lopes, Ofélia Sequeira. “Testemunhar e ser testemunha”, *art. cit.*, pp. 321-323; João Figueirôa-Rego. *A Honra Alheia Por Um Fio. Os estatutos de limpeza de sangue nos espaços de expressão ibérica (sécs. XVI-XVIII)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/ FCT, 2011.

7 Sobre a “economia da mercê”, ver Fernanda Olival. *As Ordens Militares e o Estado Moderno: Honra, Mercê e Venalidade em Portugal (1641-1789)*. Lisboa: Estar, 2001. pp. 15-38.

8 Sobre os procedimentos para se habilitar na Ordem de Cristo, ver Fernanda Olival. *As Ordens Militares*, *op. cit.*, pp. 107-137.

Normalmente, quem conduzia as provanças da Mesa de Consciência e Ordens em âmbito local eram os comissários da Ordem de Cristo.

Habilitações de Genere

As habilitações *de genere* – abreviação da expressão latina "*De genere, vita et moribus*" (de geração, vida e costumes) – eram formadas pelo conjunto de provanças ao qual os indivíduos interessados na ordenação sacerdotal deveriam se submeter, mostrando que possuíam os requisitos exigidos pela legislação eclesiástica para a concessão do estado eclesiástico.

Um dos principais elementos averiguados no processo de habilitação para os sacramentos da ordem era a "limpeza de sangue" do candidato. Era necessário provar a sua não descendência de raças consideradas "infectas": mouros, judeus, negros, mulatos e gentios. Exigia-se também que os pretendentes tivessem saúde e não apresentassem deficiências físicas.

Inicialmente, os pretendentes deveriam fazer uma petição ao juiz das justificações *de genere* da sede da sua diocese informando sua naturalidade e residência, assim como os dados referentes aos seus pais e avós. A partir desta petição, era enviada uma carta aos párocos das localidades de origem dos ascendentes do habilitando pedindo informação sobre a limpeza de sangue, vida e costumes da família do habilitando. Como numa diligência extrajudicial do Santo Ofício, o pároco se informava em segredo com as pessoas bem reputadas da localidade, mas sem aplicar um questionário oficial. Não tendo sido encontrados problemas nesta etapa, o juiz das justificações despachava a petição e iniciava a segunda etapa das provanças. Agora, até sete ou oito testemunhas cristãs-velhas e bem reputadas eram interrogadas. Elas respondiam a um interrogatório cujos pontos variavam de acordo com o grau do sacramento da ordem a ser obtido. O objetivo principal dos formulários era verificar os nomes, as naturalidades, a "qualidade do sangue" da família, suas ocupações e meios de vida, permitindo assim inferir seu estatuto social. Investigava-se também se algum progenitor do habilitando tinha sido sentenciado pelo Santo Ofício.

Nos registros da Câmara Eclesiástica, era investigado se o ordenando tinha culpa nos cartórios eclesiásticos – ou seja, se aparecia em algum rol dos culpados da justiça diocesana, ou se saíra pronunciado por algum delito nas visitas episcopais. Da mesma forma, era necessária a obtenção de uma folha corrida da justiça secular que mostrasse a existência ou inexistência de delitos cometidos pelo habilitando.

A obtenção de cada um dos graus das ordens sacras (subdiácono, diácono e presbítero, ver anexo) demandava diferentes diligências de habilitação. A depender do grau, o foco das perguntas recaía sobre o estilo de vida, costumes (*vita et moribus*) e patrimônio (rendimento mínimo de 25 mil réis anuais) do ordenando. Cada etapa era concluída com uma sentença do juiz das justificações *de genere* e a fase seguinte tinha início com uma nova petição que especificasse o grau da ordem sacra seguinte que se almejava.

No caso dos ascendentes residentes fora da área de jurisdição do juiz das justificações do bispado em que se pretendia ordenar, era enviada requisitória ao juiz que tinha jurisdição sobre o local de nascimento ou residência dos ascendentes. Como era comum os habilitandos do Brasil terem progenitores em outros bispados, principalmente no reino, os processos eram demorados e custosos.⁹

9 Sebastião Monteiro da Vide. *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*. São Paulo: Edusp, 2010. (Estudo introdutório e organização da edição por B. Feitler e E. Sales Souza), *Regimento do Auditório Eclesiástico*, título VI, §§ 346-359.

Sobre as habilitações *de genere*, consultar o trabalho pioneiro: Luiz Carlos Villalta. *A torpeza diversificada dos vícios: celibato, concubinato e casamento no mundo dos Letrados de Minas Gerais (1748-1801)*. São Paulo: FFLCH-USP, 1993 (Dissertação de Mestrado), sobretudo pp. 69-123. Luiz Carlos Villalta. "A Igreja, a sociedade e o clero". In: L. C. Villalta e M. F. L. de Rezende (org.). *História de Minas Gerais. As Minas setecentistas*. Belo Horizonte: Autêntica, Companhia do Tempo, 2007, vol. II, pp. 25-57. Ver principalmente pp. 38-55; Para o contexto maranhense, ver: Pollyana Mendonça Gouveia. *Parochos Imperfeitos: justiça eclesiástica e desvios do clero no Maranhão colonial*. Niterói: UFF, 2011. (Tese de doutoramento). pp. 179-189.

Habilitação	Principais requisitos
<i>De genere</i>	Limpeza de sangue; Rendimento anual de 25 mil réis; Idade mínima (ordens menores-12 anos, ordens maiores- 25 anos); Não ter ascendentes condenados pelo Santo Ofício;
Santo Ofício	Limpeza de sangue; Não ter ascendentes condenados pelo Santo Ofício; Bons rendimentos; Boa reputação; Saber ler e escrever;
Ordem de Cristo	Limpeza de ofício (não ter trabalhado com as mãos); Limpeza de sangue; Idade superior a 18 e menor do que 50; Ser filho legítimo; Não ser e não ter ascendentes condenados pelo Santo Ofício.

Quadro 2 - Requisitos apurados nas habilitações

Habilitações e ordem social

A adoção de critérios excludentes, por um lado, e a oferta de privilégios e capital simbólico¹⁰ aos que fossem aprovados nas habilitações, por outro, era o que levava centenas de homens a se submeter a estes processos.

Dentre o conjunto de privilégios oferecidos pelas esferas de poder aqui em apreço, sobressaíam as isenções fiscais, o direito de portar armas ofensivas e defensivas e a prerrogativa de foro privilegiado. Por exemplo, os familiares¹¹, quando fossem réus ou autores de uma série de delitos, poderiam ser julgados pela conservatória dos familiares do Santo Ofício. Se ficassem insatisfeitos com a sentença ali recebida, havia a hipótese de apelar para o Conselho Geral do Santo Ofício, onde os processos seriam analisados pelos deputados da instituição¹². Os cavaleiros da Ordem de Cristo também poderiam ser julgados pelo juiz conservador de seus privilégios¹³. Já os membros do clero secular dificilmente cairiam nas malhas da justiça civil, teriam seus delitos julgados pelos tribunais episcopais (ou juízo eclesiástico)¹⁴.

10 Pierre Bourdieu. *O Poder Simbólico*. Lisboa: Difel, 1989; Pierre Bourdieu. *A Distinção: a crítica social do julgamento*. São Paulo/ Porto Alegre: EDUSP/ Zouk, 2008.

11 Uma cópia que reúne os privilégios dos Familiares pode ser encontrada, dentre outros arquivos de Lisboa, na Biblioteca Nacional (BNL), *Traslado Autentico de todos os privilégios concedidos pelos Reis destes Reynos, e & Senhores de Portugal aos Officiaes, & Familiares do Santo Officio da Inquisição*. Lisboa: Officina de Miguel Manescal, Impressor do Santo Officio. Códice 867, F. G. 918. A aplicação dos privilégios dos familiares do Santo Ofício sempre foi muito controversa, nem sempre respeitada pelas autoridades. Para uma análise da questão, veja: James Wadsworth. *Agents of Orthodoxy: inquisitional power and prestige in colonial Pernambuco, Brazil*. University of Arizona, 2002 (Tese de doutoramento), pp. 203-227. Sobre os privilégios de foro na ordem jurídica portuguesa do Antigo Regime, ver António Manuel Hespanha. *Às Vésperas do Leviathan: instituições e poder político, Portugal (século XVII)*. Coimbra: Livraria Almedina, 1994, pp. 323-351.

12 ANTT, Conselho Geral do Santo Ofício (CGSO), Autos Forenses. O Juízo do Fisco de Minas foi criado em 1733, sendo desmembrado, assim, do Juízo do Fisco do Rio de Janeiro. Brás do Vale foi nomeado seu primeiro juiz e atuava como o Juiz Conservador dos Familiares. ANTT, CGSO, livro 381, fl. 107v. Em 1740, com a extinção do Juízo do Fisco em Minas, o Juiz Conservador dos familiares passou a ser o Ouvidor da Capitania. ANTT, CGSO, livro 381, fl. 250v. 108. Mais tarde, em 1763, Minas passou novamente a contar com Juízo do Fisco e o nomeado para o seu cargo de Juiz foi João Fernandes Oliveira, contratador de diamantes, que aceitou exercer o cargo sem receber ordenado algum. ANTT, CGSO, livro 381, fl. 250v.

Sobre a relação entre Juízo do Fisco e Inquisição, ver Bruno Feitler. *Nas malhas da consciência. Igreja e Inquisição no Brasil. Nordeste séculos XVII-XVIII*. São Paulo: Phoebe/ Alameda, 2007, pp. 104-113.

13 Fernanda Olival, *op. cit.*

14 Sobre a justiça eclesiástica, consultar Pollyanna Mendonça Gouveia. *Parochos Imperfeitos: justiça eclesiástica e desvios do clero no Maranhão colonial*. Niterói: UFF, 2011. (Tese de doutoramento); Maria do Carmo Pires. *Juízes e infratores: o Tribunal Eclesiástico do Bispado de Mariana (1748-1800)*. Franca: Unesp, 1997. (Dissertação de Mestrado); Patrícia Ferreira Santos. *Carentes de Justiça: juízes seculares e eclesiásticos na "Confusão de Latrocínios" das Minas Setecentistas*. São Paulo: FFLCH-USP, 2013 (Tese de Doutorado).

Na sociedade com princípios estratificadores do Antigo Regime, os privilégios assumem um peso simbólico fundamental, distinguindo quem os possuísse e demarcando lugares nas hierarquias sociais.¹⁵ Assim, o conjunto de prerrogativas oferecidas e os critérios excludentes que adotavam em seus processos de recrutamento davam às instituições poderosas armas de intervenção no campo social. O capital simbólico incrustado em suas insígnias e títulos penetrava os códigos de honra e distinção social do Antigo Regime português. Desta maneira, obtinham suas bases sociais de sustentação e iam se enraizando no tecido social.

A partir de finais do século XVI, a Inquisição foi se tornando intransponível no que toca à gestão da fronteira que separava a sociedade entre cristãos-velhos e cristãos-novos. Ganhou reputação de ser a mais rigorosa na apuração da “qualidade do sangue” dos seus habilitandos¹⁶. Já a Ordem de Cristo era a principal gestora da fratura da ordem social portuguesa que separava e estruturava seu corpo entre nobres e mecânicos¹⁷.

Evidentemente, o capital simbólico oferecido por cada uma variava bastante. Uma habilitação na câmara eclesiástica não possuía a mesma reputação e eficácia social que uma habilitação na Ordem de Cristo, visto que os critérios desta última eram muito mais difíceis de serem atendidos. Além disso, a habilitação da Ordem de Cristo tinha o seu desfecho final decidido no âmbito do centro político, enquanto a habilitação diocesana era comparativamente mais permeável aos arranjos de poder e redes de influência e corrupção enraizadas no plano local do bispado.

É importante considerar também que no contexto ultramarino os prelados encontrariam dificuldades para formar quadros suficientes para toda a malha paroquial e diocesana se aplicassem rigorosamente todos os critérios excludentes no recrutamento do clero¹⁸.

Porém, as habilitações de menor impacto social ajudavam a compor uma espiral para a afirmação de um indivíduo ou de uma família na medida em que iam exercendo influência nas habilitações seguintes. Por exemplo, uma família afamada por trazer sangue judeu em suas veias teria mais chances de enfrentar os rumores acerca de sua origem quando pleiteasse uma insígnia inquisitorial se tivesse habilitado previamente um de seus membros na Câmara Eclesiástica de sua diocese. Tendo sido aprovados na Inquisição, se um de seus rebentos pretendesse ser armado cavaleiro da Ordem de Cristo, a Mesa de Consciência e Ordens tenderia a considerá-lo cristão-velho quase de maneira automática. A murmuração popular acerca da honra da família poderia persistir, mas oficialmente a “pureza” do sangue estava provada e se tornava um trunfo nas mãos das famílias em situações de pressão social na qual sua cristã-velhice fosse colocada em dúvida.¹⁹

15 Sobre os privilégios de foro na ordem jurídica portuguesa do Antigo Regime, ver António Manuel Hespanha. *Às Vésperas do Leviathan*, op. cit., pp. 323-351.

16 José Veiga Torres. “Da repressão à promoção social: a Inquisição como instância legitimadora da promoção social da burguesia mercantil”. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 40 (Outubro de 1994), pp. 105-35; Fernanda Olival. “Rigor e interesses: os estatutos de limpeza de sangue em Portugal”. In: *Cadernos de Estudos Sefarditas*, 4 (2004), pp. 151-182, 2004; João Figueirôa-Rego. *A Honra alheia por um fio*, op. cit.

17 Fernanda Olival. *As Ordens Militares*, op. cit.; Francis Dutra. *Military Orders in the Early Modern Portuguese World: The Orders of Christ, Santiago and Avis*. Aldershot, U.K.: Ashgate Publishers, 2006.

18 Sobre esta questão, para o contexto da América portuguesa, consultar: Bruno Feitler. *Nas malhas da consciência*, op. cit., p. 53. Para a realidade africana, ver: Fernanda Olival e João Figueirôa-Rego. “Cor da pele, distinções e cargos: Portugal e espaços atlânticos portugueses (séculos XVI a XVIII)”. *Tempo*, 30 (2011) (dossiê “pureza, raça e hierarquias no Império colonial português”), pp. 115-145.

19 Veja, por exemplo, casos referentes à inter-relação entre habilitações na Câmara Eclesiástica e no Santo Ofício ocorridos na Bahia e em São Paulo: Aldair Carlos Rodrigues. *Igreja e Inquisição no Brasil: agentes, carreiras e mecanismos de promoção social*. São Paulo: Alameda, 2014, pp. 163-170.

Habilitações e História Social

Redes e universo relacional

Em todas as tipologias analisadas, os órgãos de poder procuravam saber, logo no início dos interrogatórios, se a testemunha a ser ouvida conhecia o candidato e, em caso positivo, há quanto tempo e qual a razão de tal conhecimento. Estes itens nos permitem verificar o vínculo dos depoentes com os habilitandos e, assim, reconstituir parte de seu universo relacional. Os indivíduos interrogados quase invariavelmente declaravam seus respectivos nomes completos, naturalidades, ocupações, idades e residência.

Nas diligências de capacidade do Santo Ofício era fato comum as testemunhas possuírem a mesma ocupação que o habilitando. Por exemplo, no caso dos homens de negócio (o maior grupo ocupacional contemplado pelas familiaturas em Minas Gerais²⁰), grande parte dos depoentes igualmente atuava no setor mercantil²¹. Em 1752, nas diligências judiciais de capacidade do homem de negócio João Gomes Sande (reinol atuante na região de Mariana, Minas Gerais), Miguel Teixeira Guimarães, também homem de negócio, depôs que:

conhece ao habilitando João Gomes de Sande há 10 ou 12 anos a esta parte na cidade de Mariana e também o conheceu em Portugal por razão de amizade e trato que tinham entre si, o pai do dito habilitando com o pai dele testemunha e por esta razão sabe que é natural da freguesia de São Nicolau da Cabeceira de Bastos e que a razão de o conhecerem na cidade de Mariana é por ter amizade e contas com ele e ver e tratar muitas vezes na dita cidade e aonde vem com muita frequência tratar dos seus particulares do sítio do Gama, freguesia de São Sebastião, onde é morador.²²

Informações deste teor, quando tratadas em larga escala a partir de bancos de dados, podem auxiliar o pesquisador, por exemplo, na reconstituição de complexas redes mercantis.

A recolha das informações sobre as habilitações de uma determinada região em escala mais densa e exaustiva, a partir de aparatos informáticos, também permite deslindar amplas redes de relacionamento social. É possível identificar seus vetores mais salientes e as hierarquias subjacentes ao seu funcionamento, portanto o procedimento pode revelar seus sentidos horizontais e verticais. Neste último caso, pode trazer à tona as capacidades e habilidades de diversos vetores da rede para impor subordinação e criar dependências.

20 Sobre o perfil social dos familiares de Minas, ver: Aldair Carlos Rodrigues. *Limpos de Sangue...* Capítulo 5. A predominância dos comerciantes nas redes de familiares, embora menos acentuada do que em Minas, foi observada também em Pernambuco: James Wadsworth. *Agents of orthodoxy: Honor, status, and the Inquisition in colonial Pernambuco, Brazil*. Boulder (CO): Rowman & Littlefield, 2006. Calainho identificou a mesma tendência para o contexto colonial de forma geral: Daniela Calainho. *Agentes da Fé: familiares da Inquisição portuguesa no Brasil colonial*. Bauru: EDUSC, 2007. O que, por sua vez, acompanhava o fenômeno observado por Torres em sua análise global sobre os familiares da Inquisição portuguesa: Jose Veiga Torres. *Da repressão à promoção social*, art. cit.

Recentemente, novos aspectos sobre as redes familiares têm sido explorados a partir de abordagens mais recortadas e densas, por exemplo: Bruno Lopes. *Da investigação à valorização do patrimônio histórico local: comissários e familiares do Santo Ofício em Arraiolos nos séculos XVII e XVIII*. Évora: Universidade de Évora, 2012 (Dissertação de mestrado); Luiz Fernando Lopez. *Vigilância, Distinção & Honra: Inquisição e dinâmica dos poderes locais nos sertões das Minas Setecentistas*. Curitiba: Editora Prismas, 2014.

21 Para uma análise aprofundada acerca das testemunhas que depunham nas habilitações do Santo Ofício em Portugal, abordando seu perfil social, critérios de seleção e relações com os comissários, consultar: Fernanda Olival, Leonor Dias Garcia, Bruno Lopes, Ofélia Sequeira. "Testemunhar e ser testemunha", art. cit., pp. 315-349.

22 ANTT, HSO. João. mc. 98, doc. 1651.

Estatuto social e variações de seu significado em diferentes contextos

A descrição dos meandros das habilitações e dos aparatos mobilizados para a sua execução deixa clara a diversidade de contextos que podem estar plasmados em cada etapa dos trâmites burocráticos. Embora fossem produzidas de acordo com diretrizes dos órgãos centrais que dariam a palavra final no processo, as fases compostas nas regiões de origem dos ascendentes dos habilitandos são permeáveis aos contextos locais. Isto resulta em dois desdobramentos.

Primeiro, as provanças podem expressar as configurações dos poderes locais e intrigas paroquiais que influenciaram o andamento da coleta de informações sobre a genealogia dos candidatos e a "qualidade" de seu sangue e a "qualidade" das suas origens, ou seja, o estatuto social. Desta maneira, a posição do candidato nas disputas locais e a simpatia ou antipatia das pessoas que, por diversos motivos, tinham voz nos processos e nos pareceres em relação a sua pessoa poderia influenciar a maneira (positiva ou negativa) como os dados seriam fixados na documentação. Os agentes responsáveis pelas comissões teriam uma margem para atuar de acordo com suas posições nas redes locais de lealdade e solidariedade nas quais estavam inseridos²³.

Segundo, as habilitações permitem identificar as variações dos significados das hierarquias sociais de acordo com os contextos históricos. Talvez as maiores diferenças ocorressem entre o que acontecia em regiões marcadas por intensa mobilidade social, como era o Ultramar, e o significado que o estatuto social de uma trajetória aí percorrida adquiria quando era apresentada na Corte, local em que as hierarquias sociais eram mais rígidas²⁴. A "nobilitação" obtida ao nível local era registrada por meio de expressões como "vive à lei da nobreza", "é dos principais da terra", "vive nobremente e serve os cargos da res publica", etc. Estes termos perderiam parte de seu significado ao serem apresentados no centro político para obtenção de insígnias e símbolos controlados por instituições metropolitanas. Em outras palavras, os contextos locais entravam em tensão com os critérios mais excludentes do Antigo Regime português. A reputação e o estilo de vida elitista construído ao nível local poderiam ser suficientes para atender a critérios sociais para ocupação de órgãos de poderes como câmaras e companhias de ordenança, mas não necessariamente serviam para atender os critérios de instituições metropolitanas comparativamente mais criteriosas, como era o caso da Ordem de Cristo.

Como exemplo, podemos apontar aqui a importância das habilitações dos familiares de Minas Gerais para a análise de questões referentes ao estatuto social dos comerciantes em processo de mobilidade social ascendente. Citemos as investigações realizadas na capitania a respeito do negociante João Vieira Lima, pelo comissário Manuel Nunes de Souza, em 1762. Primeiramente, o padre apresenta um breve perfil do candidato, dizendo: "achei de boa vida, costumes (...) terá cabedal de 8 ou 9 mil cruzados, de 40 até 50 anos de idade". Em seguida, começa a detalhar a sua atividade mercantil:

vive de mandar vir do Rio de Janeiro todo o gênero de fazenda, que vem vender às Minas com uma tropa de bestas, que traz no caminho do Rio de Janeiro conduzida por um homem que governa os escravos seus, o que pelo estilo da terra chamam homens do caminho, que é o mesmo que almocreves do Alentejo em Portugal.

Apesar da comparação com os reinóis, o comissário ressalta:

23 Sobre a manipulação das instituições do Antigo Regime português por indivíduos em busca de distinção e nobilitação, ver, entre os muitos trabalhos existentes: Evaldo Cabral de Mello. *O Nome e o Sangue: uma fraude genealógica no Pernambuco Colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

24 Uma excelente síntese sobre a natureza peculiar da sociedade colonial é encontrada em: Stuart B. Schwartz. *Segredos Internos: engenhos, e escravos na sociedade colonial (1550-1835)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988. Ver sobretudo o capítulo 9, pp. 209-223.

mas nesta terra os desta ocupação tratam com mais limpeza andando de cavalo e administrando a dita ocupação por [seus] escravos e outros brancos, a que chamam camaradas e lhe pagam de soldo, conforme é estilo da terra. Estas fazendas trazem umas por sua conta para casas que tem nestas minas, onde as vendem, outras trazem de aluguel de outros mercadores, que os mandam vir por sua conta.

Continuando a leitura do parecer, logo entendemos o motivo da preocupação do comissário em demarcar a diferença entre o estatuto social dos “homens do caminho” e os “almocreves do Alentejo”, pois foi justamente esta a ocupação a qual João Vieira Lima se dedicou antes de abrir sua sortida loja no arraial de Camargos, termo de Mariana. O comissário, então, arremata que:

o habilitando trata-se limpamente de pajem e cavalo, o seu princípio consta foi este mesmo exercício de conduzir fazendas [para] as Minas do Rio de Janeiro. Os desta ocupação nesta terra servem todas ocupações da república e quaisquer outras que requerem homens de bem²⁵.

O “homem do caminho” e o “almocreve do Alentejo”²⁶, embora exercessem atividades praticamente idênticas, teriam reputações diferentes. Na Colônia, os primeiros andavam a cavalo, se serviam de camaradas e escravos e ocupavam postos nas instituições de poder local; predicados fundamentais para a boa posição social na sociedade escravista colonial e para a sua exterioridade, ou seja, compondo um estilo de vida entendido no âmbito local como o “viver à lei da nobreza”. Portanto, as habilitações possuem facetas bastante permeáveis aos sentidos adquiridos por certas posições sociais em contextos específicos do império português.

As habilitações da Ordem de Cristo de residentes na Colônia também estão repletas de ressalvas que procuram destacar os significados sociais específicos de certas atividades profissionais no contexto ultramarino. Por exemplo, um depoente do processo do comerciante Manoel José Veloso informou que ele “era homem de negócio de escravos que comprava no Rio de Janeiro para vender nas Minas (...)”. Outras testemunhas negaram que ele tivesse sido comboieiro, seja de escravos ou de suas próprias mercadorias, ao declararem que “não teve o trato de comboieiro porque as fazendas que do Rio mandava para as Minas eram nas tropas que alugava aos homens de caminho, *como se pratica e é estilo nas mais partes da América*”.²⁷

Apesar das tensões entre os significados do estatuto social de uma ocupação e trajetória entre o contexto local e o metropolitano, os investimentos no estilo de vida de alguma maneira impactavam positivamente a apresentação de um indivíduo no centro político, embora muitas vezes não fosse o suficiente para apagar seu passado modesto. É preciso avaliar cada caso para saber como as instituições lidavam com estas variações e tensões.

25 ANTT, HSO, João, mç. 124, doc. 1951.

26 Segundo Bluteau, almocreve é “o que leva bestas de carga de uma parte a outra”. Cf. <http://www.brasiliana.usp.br/pt-br/dicionario/1/almocreve>

27 ANTT, HSO, Letra M, mç. 19, doc. 13. Itálico nosso. Ele conseguiu a mercê do hábito de Cristo, com 12 mil réis de tença, por ter quintado 15 arrobas e 23 marcos de ouro na Real Casa de Fundição de Vila Rica “desde 01/08/1755 até 31/07/1756”. Após muita insistência e recursos econômicos, o Rei concordou em dispensar o “defeito de mecânica” de Veloso em 20 de julho de 1768 e o autorizou a se tornar cavaleiro da Ordem de Cristo.

3. Considerações finais: cuidados metodológicos necessários no manejo dos processos de habilitação

O papel que as instituições aqui em análise desempenhavam na estruturação das hierarquias sociais do Antigo Regime, gerindo clivagens e oferecendo capital simbólico, influenciava a maneira como os candidatos interessados em suas posições se apresentavam. O processo de recolha das informações durante a realização das comissões poderia sofrer pressão para descrever os habilitandos em boa posição, de modo que atendessem aos requisitos apurados. Acreditamos que quanto mais intenso fosse o processo de mobilidade social, maior tendia a ser o viés levado para a documentação. Inclusive, redes clientelares e de corrupção poderiam ser acionadas para contribuir com o desfecho positivo dos trâmites. Pressões desta ordem podem ter influenciado a descrição das trajetórias narradas nas petições, das vozes das testemunhas e por meio dos pareceres de diversos oficiais que atuaram nas investigações. Os dados apresentados poderiam levar o leitor dos processos a uma interpretação extremamente linear e progressiva das histórias de vida dos indivíduos e grupos sociais compreendidos pelas habilitações.

Uma estratégia para contornar esta pressão plasmada na documentação e desconstruir a “linearidade” nela contida é o cruzamento do seu teor com informações produzidas em outros contextos e com outros propósitos; tais como, por exemplo, fontes cartoriais: inventários *post mortem*, testamentos, procurações e escrituras resultantes de transações comerciais.

Além disso, quanto maior for a variedade das fontes de informações a respeito de uma personagem ou grupo, mais chances temos de flagrá-los em um arco temporal mais alargado, sendo então os seus ciclos de vida compreendidos de maneira bastante abrangente e complexa. A heterogeneidade das informações a respeito de um mesmo indivíduo, ou então a respeito de diferentes pessoas de um grupo, permite ao historiador acessar descontinuidades e contradições subjacentes às trajetórias. Portanto, o estudo dos padrões de comportamento (individual ou coletivo) e das tendências estruturantes deve ser realizado com cuidado para não eclipsar estas outras dimensões, que também são prenhes de significados.

O simples cruzamento das habilitações de um mesmo indivíduo no Santo Ofício e na Ordem de Cristo já oferece uma perspectiva bastante interessante para o desenvolvimento destas problemáticas. Vejamos, por exemplo, os dados a respeito da ocupação e seu significado social em uma e outra instituição. A Inquisição não exigia a limpeza de ofícios como um critério de seleção de seus oficiais, já a Ordem de Cristo adotava este como um dos seus principais requisitos. Portanto, as chances de a origem mecânica (seja a incidência em si próprio ou nos seus ascendentes) de um indivíduo inseguro quanto ao seu passado social ser registrada fidedignamente no Santo Ofício era muito grande. E o contrário vale para a sua habilitação na Ordem de Cristo.

Quando quis se tornar cavaleiro da Ordem de Cristo, José Veloso do Carmo enfrentou problemas em sua habilitação em razão do seu “defeito de mecânica”, uma vez que iniciara sua carreira numa loja de fazendas secas em Vila Rica, onde vendia “por si e seus caixeiros”. Cotejando seu processo de habilitação na Mesa de Consciência e Ordens e no Santo Ofício, percebemos que José Veloso Carmo manipulou as informações de seu passado de modo a enfrentar menos “defeitos de mecânica” na Ordem de Cristo. Para esta última, ele informou que era filho e neto de lavradores de suas próprias terras, porém, na sua habilitação para familiar da Inquisição, constatamos que, na verdade, ele era filho de um carpinteiro/serrador de madeira, neto paterno de lavrador e carpinteiro e neto materno de fazedor de telhas e rodízios de moinho. Além de esconder a “mecânica” de seus ascendentes, ele omitiu que tinha sido alfaiate em Braga, antes de partir para o Brasil.²⁸

Alguns eram bem sucedidos e conseguiam esconder o passado mecânico declarado no Santo Ofício,

28 ANTT, Habilitações da Ordem de Cristo, Letra L, mc. 40, doc. 04. HSO, José, mc. 106, doc. 1485.

mas outros não. O mercador Feliciano José, com loja em Passagem de Mariana, Minas, teve o azar de ter a ocupação (sapateiro) do seu pai declarada na sua "certidão de como era familiar". Esta, quando apresentada na Mesa de Consciência e Ordens para se tornar cavaleiro da Ordem de Cristo, funcionaria como uma prova da sua "pureza de sangue", visto que já era um agente inquisitorial. Na luta pela nobilitação, ele não hesitou em solicitar uma nova certidão à Inquisição que omitisse o seu passado mecânico. Contudo, o pedido não contou com a simpatia do secretário do Conselho Geral do Santo Ofício:

este familiar quer o hábito de Cristo; já levou certidão de naturalidades e ofícios que pediu, e como lhe amargou o declarar-se nela que seu pai fora sapateiro e o avô trabalhador, queria outra sem a dita declaração para fugir à dispensa da mecânica, mas eu não estive pelos autos, e como poderá vir pedir outra, é preciso declarar-lhe os tais ofícios nela, se lha mandarem passar.²⁹

Até onde pudemos investigar, a estratégia do mercador Feliciano não surtiu o efeito que esperava, pois não conseguiu ser aprovado na Ordem de Cristo. Portanto, é importante dar atenção às trajetórias que enfrentaram problemas para atender aos requisitos estatutários das instituições em análise; tanto aquelas que foram aceitas após alguma insistência, como aquelas definitivamente recusadas. As habilitações com estas características podem esclarecer em profundidade e com riqueza de detalhes as tensões que marcavam o processo de inserção das personagens nas hierarquias sociais, deslindando sutilezas a respeito do estatuto social de diversos grupos.

Acreditamos que o melhor método para compulsar os dados dos processos de habilitação é a confecção de fichas prosopográficas a partir do nome próprio da personagem, de preferência utilizando recursos informáticos para facilitar o manejo de grande quantidade de informações. A ficha teria diferentes entradas com base principalmente na relação data-evento. O fato de privilegiar informações seriáveis não impede o armazenamento de dados qualitativos, bastando, para isto, fazer o arranjo em seus desenhos; como, por exemplo, o modo *memorando* do *Microsoft Access* que não possui limites de caracteres em sua célula.

29 O bilhete encontra-se no processo de habilitação do familiar Feliciano José e, ao que tudo indica, foi escrito pelo secretário-mor do Conselho Geral do Santo Ofício. ANTT, HSO, Feliciano, mç. 02, doc. 19.

Anexo – Graus do sacramento da ordem

	GRAU	VOTOS	IDADE	INTERSTÍCIO	EXAME	FUNÇÃO	REQUISITOS
Ordens menores	Acólito		14	(basta ter o grau anterior)	Latim, capacidade para curar almas e confessar	Acender as luzes, levar ao altar as velas e ministrar nas galhetas a água e o vinho para o sacrifício da missa	Certidão de ter exercido o grau anterior Habilitação <i>de genere, vita et moribus</i>
	Ostiário					Porteiro, tem as chaves da igreja, responsável por impedir a entrada dos infieis e pessoas interditas	
	Leitor						
	Exorcista					Exorcizar	
Ordens sacras	Subdiácono (epístola)	castidade	22	1 ano	Mistérios da fé, latim, moral, reza e canto		Primeira tonsura e ordens menores Rendimento anual mínimo de 25 mil réis Habilitação de <i>vita et moribus</i>
	Diácono (ministro/evangelho)		23	1 ano	Latim, casos de consciências, reza, canto	Ler publicamente o evangelho, administrar ao sacerdote nos sacrifícios e pregar ao povo a palavra divina	Ser subdiácono Rendimento anual mínimo de 25 mil réis Habilitação de <i>vita et moribus</i>
	Presbítero (missa)		25	1 ano	Mais rigor no latim	Ensinar aos fiéis os mistérios	Ser diácono Rendimento anual mínimo de 25 mil réis Habilitação de <i>vita et moribus</i>

Fonte: Sebastião Monteiro da Vide. *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia; Regimento do Auditório Eclesiástico*. São Paulo: Edusp, 2010. (Estudo introdutório e organização da edição por B. Feitler e E. Sales Souza); Ana Mouta Faria. "Formação da carreira eclesiástica na organização do tecido social do Antigo Regime". *Ler História*, 11 (1987), pp. 29-46